



**TC 3.508/2007**

**ANÁLISE. CONTRATO. EMERGÊNCIA. SMT. Serviços de fiscalização automática de trânsito, com equipamento barreira eletrônica. 1. Descaracterizada a situação emergencial. Art. 24, IV, Lei 8.666/93. 2. Ausência de justificativa de preços. Art. 26, parágrafo único, III, Lei 8.666/93. IRREGULAR. EFEITOS JURÍDICOS RECONHECIDOS. Votação unânime.**

**TCs citados 3.317/05-12; 3.898/05- 47; 3.206.06-32; 3.209.06-20 e 3.208/06-68.**

**4ª Sessão Ordinária Não Presencial – Primeira Câmara**

## **D E C I S Ã O**

Vistos e relatados estes autos, dos quais é Relator o Conselheiro JOÃO ANTONIO.

**DECIDEM** os Conselheiros da Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, à unanimidade, de conformidade com o relatório e voto do Relator, julgar irregular o contrato, tendo em vista que não restou caracterizada a situação emergencial prevista no inciso IV do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 – a dispensa de licitação não pode se originar da inércia ou da desídia administrativa – e que a Pasta, como no contrato anterior, não apresentou justificativa de preços, em descumprimento ao disposto no artigo 26, parágrafo único, inciso III, da Lei Federal 8.666/93.

**DECIDEM**, ainda, à unanimidade, em razão dos princípios da segurança jurídica e da boa-fé objetiva, reconhecer os efeitos jurídicos produzidos pela avença, não se manifestando sobre seus efeitos financeiros, pelo entendimento de que a execução contratual não é objeto de análise no presente processo.

Recorrem "ex officio", nos termos do artigo 136, inciso V, combinado com o artigo 137, parágrafo único, do Regimento Interno desta Corte.

Participou do julgamento o Conselheiro EDSON SIMÕES.

São Paulo, 22 de novembro de 2019.

ROBERTO BRAGUIM  
Vice-Presidente no exercício da Presidência

JOÃO ANTONIO  
Relator



## RELATÓRIO

Trata o presente TC da análise do Contrato n. 19/07-SMT, firmado entre a Secretaria Municipal de Transportes – SMT e a empresa Perkons S.A., cujo objeto é a prestação de serviços de fiscalização automática de trânsito, com Equipamento/Sistema Barreira Eletrônica, no valor de R\$ 3.912.750,00, vigorando no período de 01.07.2007 a 27.12.2007.

O Contrato em exame foi celebrado com dispensa de licitação, com respaldo no artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

Após análise inicial, a Auditoria, às fls. 59/63, concluiu pela irregularidade da contratação direta, em razão das seguintes irregularidades:

(i) Falta de caracterização de situação de emergência, infringindo o disposto no inciso IV, do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93;

(ii) Falta de justificativa dos preços, infringindo o disposto no artigo 26, parágrafo único, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93 e;

(iii) Ausência de despacho de ratificação da contratação, infringindo o disposto no artigo 26, da Lei Federal nº 8.666/93.

Devidamente intimados, a Origem, por meio do Sr. Frederico Bussinger, Secretário Municipal de Transportes à época dos fatos, e a Contratada, através do Sr. Walter Alberto Mitt Schaise, apresentaram manifestação às fls. 73/109.

Os autos foram então encaminhados à AJCE que, após exame das defesas apresentadas, concluiu pela irregularidade da contratação em exame, tendo em vista que persistiram as falhas relacionadas à ausência de caracterização de situação de emergência, em infringência ao disposto no inciso IV, do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93 e a falta de justificativa dos preços, infringindo o disposto no artigo 26, parágrafo único, inciso III, do mencionado normativo (fls. 113/117).

Na sequência a Procuradoria da Fazenda Municipal requereu, inicialmente, o acompanhamento dos presentes autos com o TC nº 72.003.208/06-68 (fls. 120/121), o que lhe foi indeferido tendo em vista que referido processo pertencia à relatoria de outro Conselheiro desta Corte de Contas (fls. 122/123).

A PFM, então, requereu (fls. 125/133) o reconhecimento da regularidade dos atos em exame ou, alternativamente, o reconhecimento dos seus efeitos financeiros (fls. 125/133).

Ao final, a Secretaria Geral destacou que o Contrato em exame é decorrente da Concorrência nº 002/05, objeto de análise do TC nº



72.004.120/05-73, cujo edital encontrava-se suspenso, motivo este que ensejou a realização da primeira contratação emergencial para a prestação de serviços de fiscalização automática de trânsito, a qual foi examinada no TC 72.003.898/05-47. Quanto ao mérito, a SG acompanhou as conclusões da AJCE, posicionando-se pela irregularidade da contratação em exame.

### **É o Relatório.**

### **VOTO**

Em julgamento o Contrato n. 19/07-SMT, firmado entre a Secretaria Municipal de Transportes e a empresa Perkons S.A., cujo objeto é a prestação de serviços de fiscalização automática de trânsito, com Equipamento/Sistema Barreira Eletrônica, no valor de R\$ 3.912.750,00, com vigência no período de 01.07.2007 a 27.12.2007.

A contratação em exame foi celebrada por inexigibilidade de licitação, com fundamento no artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93.

Após análise da defesa apresentada pela Origem acerca dos apontamentos registrados pela Auditoria, a AJCE e a Secretaria Geral opinaram pela irregularidade do contrato em exame, em razão das seguintes falhas: não caracterização de situação emergencial, em infringência ao disposto no inciso IV, do artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93; e ausência de justificativa de preço, infringindo o artigo 26, parágrafo único, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93.

Do que consta dos autos, verifico que a presente contratação sucedeu os Contratos nº 16, 20 e 23 de 2006 celebrados pela Origem e a empresa Perkons S.A, os quais por sua vez foram firmados em continuidade aos contratos emergenciais nº 07 e 10 de 2005, todos celebrados por meio de dispensa de licitação e com o mesmo objeto do ajuste que ora se analisa. Tais contratos foram considerados irregulares pelo plenário desta Corte no julgamento dos TCs nº 3.317/05-12; 3.898/05- 47; 3.206.06-32; 3.209.06-20 e 3.208/06-68, em razão das mesmas falhas constatadas nestes autos.

As justificativas e argumentos apresentados pela Origem e pela Contratada nestes autos não tiveram o condão de afastar as conclusões exaradas por esta Corte nos julgamentos anteriormente mencionadas, que concluíram pela descaracterização da situação de emergência, em razão da demora da Administração em proceder à abertura de novo procedimento licitatório para a contratação de serviços de fiscalização automática de trânsito, conforme destacou a Auditoria nos autos do TC nº 3.898/05-47, cujo objeto foi a análise da primeira contratação emergencial, Contrato nº 10/05:

*“Considerando-se a essencialidade e continuidade dos serviços, o término do contrato anterior em 23.06.05 e autuação do processo administrativo para tratar da futura*



*licitação, em 13.06.05, entendemos, s.m.j., a despeito das alegações acima aduzidas, que o fato em apreço era previsível, de conhecimento do administrador, não se configurando, portanto, na hipótese de dispensa constante no respectivo dispositivo legal e as providências para a abertura do novo procedimento licitatório foram tomadas tardiamente, tanto com relação à autuação do processo administrativo como dos estudos para alteração do modelo de contratação.”*

A obrigatoriedade de licitação constitui regra constitucional, caracterizando-se sua dispensa situação excepcional, admissível apenas nos casos taxativamente previstos na legislação, os quais devem ser interpretados de forma restritiva, eis que representam exceção à regra geral.

Nesse sentido, conforme entendimento amplamente consolidado na doutrina e jurisprudência, a situação emergencial que autoriza a dispensa de licitação não pode ter origem na inércia da Administração Pública, na sua falta de planejamento ou na desídia administrativa. Assim, descaracterizada a situação emergencial prevista no inciso IV, do art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93 no caso da presente contratação.

Quanto à ausência de apresentação de justificativa de preços, afirmou a Origem que os valores contratados foram os mesmos praticados no contrato anterior, o qual, no entanto, foi considerado irregular em razão, dentre outras falhas, da falta de justificativa de preços e planilha de orçamento, evidenciando que a Origem, de forma contumaz, se furtou a dar cumprimento ao disposto no art. 26, parágrafo único, inciso III da Lei Federal nº 8.666/93.

Ressalte-se que, conforme bem observou a Secretaria Geral acerca desta falha: *“Nos casos de dispensa de licitação previstos no artigo 24, da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração deve observar as formalidades previstas no artigo 26, do mesmo preceito legal. Com isso, a Lei visa assegurar o respeito ao princípio da moralidade administrativa nas contratações diretas, evitando contratações de preços excessivos ou superfaturados, capazes de comprometer a contratação.”* (fl. 139).

Dessa forma, considerando as manifestações da AJCE e da Secretaria Geral, que acresço como razões de decidir ao presente voto, e tendo em conta as decisões alcançadas por este Plenário no julgamento dos TCs suprarreferidos, **JULGO IRREGULAR** o Contrato nº 19/07-SMT, todavia, em razão dos princípios da segurança jurídica e da boa-fé objetiva reconheço os efeitos jurídicos produzidos pela avença. Deixo de me manifestar sobre os efeitos financeiros por entender que a execução contratual não objeto de análise no presente processo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO  
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO  
ISO 9001

COMISSÃO DE JURISPRUDÊNCIA  
ASSESSORIA JURÍDICA DE CONTROLE EXTERNO  
SECRETARIA GERAL

Em razão do tempo decorrido entre a análise dos fatos e o presente julgamento deixo de aplicar a pena de multa aos agentes públicos responsáveis.

Após as comunicações de praxe, arquivem-se os autos.